

TEMPO E MOVIMENTO NA FILOSOFIA CATÓLICA DA HISTÓRIA (1860 – 1960)

Ivan A. Manoel*

RESUMO: O presente artigo foi apresentado na Mesa Redonda “Cristianismo, Judaísmo e Islamismo: fontes e aportes teóricos”, integrando o III Encontro do GT Nacional de História das Religiões e Religiosidades – ANPUH, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) de 20 a 22 de Outubro de 2010.

PALAVRAS CHAVE: História, historiadores, doutrina católica, tempo.

TIME AND MOVEMENT IN THE CATHOLIC PHILOSOPHY OF HISTORY (1860-1960)

ABSTRACT: This paper was presented at the Round Table “Christianity, Judaism and Islam: sources and theoretical contributions” integrating the III Meeting of the GT Nacional de História das Religiões e Religiosidades – ANPUH, at the Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), October 20-22, 2010.

KEYWORDS: History, historian, catholic doctrine, time.

A história é realizada unicamente, todos nós sabemos, pelos atos humanos. Entretanto, existem dois fundamentos, dois alicerces que se constituem no lócus e na condição para as ações humanas, sem o que os atos que constroem a história não poderiam ser praticados. São eles, o tempo e o movimento. Quanto ao movimento penso poder ser definido como qualquer deslocamento de qualquer corpo, ou onda de irradiação, em qualquer espaço; e o tempo, penso poder defini-lo como o lapso – ou intervalo – entre o início e o fim de qualquer movimento ou acontecimento, tenha esse lapso a duração que tiver.

A astronomia – melhor atualmente falar em astrofísica – a física, a química, a mecânica quântica, vêm demonstrando que a mobilidade e a temporalidade são os fundamentos de todas as formas da matéria, seja no âmbito das macro dimensões ou no âmbito das nano dimensões; portanto, tudo está em movimento, seja esse movimento medido em *nanômetros* ou em *parsecs*, tenha ele a duração de anos-luz ou *femtossegundos*, que corresponde a 10^{-15} , ou seja, um milionésimo de um bilionésimo de segundo.

Exatamente porque as coisas se movimentam e tem um tempo de duração elas se transformam – isto é, pelo movimento em um determinado tempo são produzidas as

* Deptº de História FCHS – Unesp Campus de Franca ivan@franca.unesp.br

transformações, as mudanças. É evidente que as ciências físicas e biológicas se preocupam e estudam os movimentos da matéria em um determinado tempo, seja na forma dos corpos constituídos, seja na forma de partículas subatômicas.

Considerando que os movimentos ao longo do tempo produziam mudanças, transformações no âmbito da matéria, foi criada e, durante muito tempo, ensinada nas escolas, uma disciplina denominada História Natural, cujo objetivo era analisar e interpretar os processos da história da natureza, isto é, suas gêneses e transformações.

A história humana - aqui entendida como os processos ininterruptos de transformações sociais, políticas, econômicas e culturais da sociedade humana – somente ocorre porque seus movimentos ao longo do tempo provocaram as mudanças que constituem esse processo, e é evidente que os movimentos da história humana não são os movimentos da matéria e sim as próprias ações humanas que os produzem.

Para alguns pensadores, Leon Tolstoi, por exemplo, o próprio movimento é a história humana. No romance, *Guerra e paz*, ele afirma que a história do homem é o seu processo de movimentação de leste para o oeste e, depois, do oeste para leste. Curioso notar que, em algum momento, Tolstoi teve uma concepção pendular do movimento histórico.

Se os movimentos e transformações da matéria se constituem em objetos de estudos e pesquisas de ciências específicas, as transformações sociais são objetos da História, disciplina acadêmica, ou ciência, como propõem alguns, ou a única ciência, como propõem outros, ou ainda literatura de segunda ordem, como querem alguns outros, mais recentemente e mais preocupados com as migalhas do que com o conjunto da história humana.

Aqui penso se anunciar a nossa primeira dificuldade. A História, disciplina acadêmica, tal como conhecemos por meio da historiografia, opera sempre com um instrumental metodológico que, por falta de melhor termo, denomino de genético. Aliás, esse termo já foi empregado por Lucien Goldman em seus estudos, o livro, *Ciências humanas e filosofia*, por exemplo. Isso não quer dizer que compartilhe de todas suas idéias. Outro exemplo. Reduzindo o pensamento de Pavel Kopnin a uma exígua súmula encontramos em seu livro, *A dialética como lógica e teoria do conhecimento*, a ideia de que todo processo histórico é um processo de gênese, desenvolvimento de contradições e, finalmente, superação do objeto estudado.

Mas, não só ele – todos os historiadores, de quem consegui ler parte da produção, ao longo dos últimos quarenta anos, ao proporem um estudo sobre um

determinado objeto, invariavelmente buscam encontrar sua gênese. O curioso é que, ao contrário das ciências físicas, biológicas, exatas, para quem a busca da gênese do tempo e do movimento é central em suas pesquisas, certa tendência racionalista da História os trata – tempo e movimento – como dados naturais. Assim, a disciplina História busca a gênese dos objetos estudados, mas não busca a origem, a gênese do tempo e do movimento.

As ciências físicas, etc. até os dias atuais, não descansam em sua busca de respostas, criam teorias para as origens do universo e discutem com bastante profundidade sobre a sua eternidade ou sua transitoriedade. Por exemplo, a *Teoria do Big Bang*, a mais recente, mais discutida, mais contestada e mais aceita dessas teorias é, até o momento, a que melhor explica as origens do tempo, do espaço e do movimento, por ser uma teoria unificadora. Segundo ela, tempo, espaço, matéria e movimento estariam concentrados em uma singularidade que explodiu a cerca de 15 ou 16 bilhões de nos atrás e, em seu processo de expansão criou o Universo e a vida, portanto criou a própria história, porque criou o Homem, que a faz com seus atos.

Se essa teoria é definitiva, não importa. Importa é a atitude dos cientistas que não desconsideram as origens do tempo e do movimento, ao contrário dos historiadores racionalistas.

Denomino “historiadores racionalistas” todos aqueles que têm uma concepção imanentista da história, isto é, aqueles que postulam ser a história humana imanente, isto é, produzida apenas e tão somente pelos atos humanos, sem nenhuma interferência transcendental, nenhuma interferência divina, portanto.

Introduzi essa distinção, usando o adjetivo racionalistas, não significando que esses historiadores, ao contrário de outros, usem a Razão – todos a usam, afinal – mas, para não confundi-los com aqueles historiadores que, por falta de melhor termo, qualifico de religiosos ou transcendentalistas.

Os historiadores racionalistas, dos mais diversos matizes, que passaram a dominar o ambiente intelectual europeu a partir do Renascimento, e se consolidaram do Iluminismo em diante, cujas ideias se espalharam pelas Américas e alhures, tinham o tempo e o movimento como dados naturais, isto é, existentes desde que existe o Universo.

Para esses historiadores, a datação histórica, ou melhor, a datação da história deveria ser iniciada a partir de um fato histórico significativo para a humanidade, por exemplo, durante muito tempo, e mesmo nos dias atuais, para alguns esse fato teria sido

a invenção da escrita.

Segundo essa proposta de cronologia, a invenção da escrita seria o primeiro ato histórico e, ao mesmo tempo, a condição para o registro da memória, portanto, o registro dos fatos históricos.

Não se discutem, nessa proposta (mais que proposta, uma tendência e forma predominante de concepção da história) as origens do tempo. Arriscando uma afirmação muito ousada, digo que nessa maneira de se conceber a história o homem era, e ainda é entendido como que descolado do mundo – o que importa são os tempos sociais, políticos, econômicos e culturais criados pelos homens, aos quais os próprios tempos da natureza deveriam se submeter.

A ansiedade humana por submeter e dominar completamente a natureza, até mesmo subvertendo os processos absoluta e exclusivamente naturais, é sobejamente conhecida e não precisamos aprofundar a questão. Entretanto, não é demais lembrar a ansiedade racionalista por dominar, não só os processos de reprodução artificial da vida – clonagem, reprodução, “in vitro” – como também em prolongar a vida além do tempo biologicamente normal e já anunciando a busca de processos que permitam a própria criação da vida em laboratório.

Para os historiadores que denominei arbitrariamente de religiosos, e os restrinjo apenas àqueles de raízes judaico-cristã, particularmente os católicos romanos, a questão da origem do tempo é central porque, segundo sua interpretação, tempo e história humana são indissociáveis, não no sentido de que a história se desenvolve no tempo, mas porque o tempo precede a história de acordo com o plano divino.

Os historiadores religiosos, ao contrário dos racionalistas, não aceitam nenhum caráter imanente na história. Para essa visão da história, ela é, por sua própria origem, um fato transcendente, isto é, embora a história humana transcorra na temporalidade, na materialidade, portanto, ela é um período transitório entre o sagrado, o profano e o sagrado novamente. Ou seja, ela não se restringe à temporalidade e à materialidade, mas se resolve na eternidade.

Na teleologia e na escatologia judaico-cristã, de que o catolicismo é a mais tradicional manifestação, a síntese histórica se consuma no sagrado, no eterno, uma situação sem tempo e sem movimento.

Exatamente por essa razão, o tempo, no qual se inscreve a história humana, foi criação divina para que a própria história humana pudesse se realizar.

Por isso, diz o livro da *Gênese*, cap. 1, verso 14: “Deus disse: façam-se luzeiros

no firmamento dos céus para separar o dia da noite. Sirvam eles de sinais e marquem o tempo, os dias e os anos.”. Esse foi o quarto dia da criação, portanto antes da criação do Homem, que se deu, conforme o relato bíblico, no sexto dia.

A fé de raiz judaica cristã tem como um de seus fundamentos a certeza de que toda a criação foi feita para o Homem, aqui considerado como o gênero humano. A crença de que o Homem foi, desde Adão e Eva, o centro da criação e do projeto divino – crença que é central até hoje nas igrejas que tenham essa raiz – provocou desdobramentos que, ao longo dos séculos, marcaram e até determinaram comportamentos intelectuais – basta que lembremos seus efeitos na astronomia, geometria, etc. durante a Idade Média e mesmo nos inícios dos tempos modernos.

O modo medieval de pensar, que se consolidou com as estruturas lógicas estabelecidas por São Tomás de Aquino na *Summa Teológica*, era um modo dogmático e imóvel de ser conceber o mundo.

A súpula elaborada por São Tomás de Aquino, que partia das especulações de Aristóteles, e das quais fez a adaptação para a doutrina católica, tinha dois fundamentos, o primeiro a ideia da perfeição e, o segundo, a tese do movimento causado pelo motor imóvel, pela causa não causada, que o teólogo traduziu como movimento causado por Deus.

Conforme o fundamento da perfeição, Deus somente poderia criar coisas perfeitas e movimentos perfeitos. Por isso, a Terra, por ser o habitat da criatura mais perfeita de Deus – o Homem – deveria ser, obrigatoriamente, o centro do universo, e ao seu redor o Sol, as estrelas e todos os planetas conhecidos descreveriam suas órbitas de modo absolutamente circular e, eles mesmos, deveriam ter a forma exata da esfera, considerada a forma geométrica mais perfeita.

Essa concepção encontrava sustentação nos escritos do próprio Aristóteles e, mais à frente, no livro, *Almagesto*, do astrônomo grego, Claudius Ptolomeu (78–161 d.C.), para quem a Terra era o centro estático da rotação do universo. Convém notar, entretanto, que nem mesmo Ptolomeu aceitava a ideia de ser a Terra plana, ou “chata”, conforme dizem as lendas, e trabalhava com o fato da esfericidade de todos os corpos celestes.

Diante dessa certeza absoluta sustentada pela crença, cabe perguntar: por que Deus fez o tempo?

Talvez esboçando um início de resposta, deva-se dizer que o tempo é uma oportunidade de redenção oferecida ao homem pela bondade e onisciência divina, que já

sabia que o Homem decairia pelo pecado e necessitaria de uma oportunidade para sua recuperação.

Nessa linha de raciocínio, Deus é a onisciência, ele é todo o saber sobre a totalidade, sem limite entre passado, presente e futuro. Por isso, ele sabia que o Homem necessitaria de um tempo individual e de um tempo coletivo para sua recuperação e salvação; tempo individual, do nascimento à morte; tempo coletivo, da Criação ao Juízo Final.

Por essa razão, a Igreja Católica, desde a Idade Média, considerou que o tempo jamais deveria estar sob o controle humano.

Por essa concepção transcendental, o tempo não pertence ao homem – o homem está no tempo, mas originalmente ele não é do tempo e não deve permanecer no tempo, e por isso o tempo não lhe pertence, não pode ser um objeto de uso e muito menos um valor de troca.

A quem pertencia o tempo? O tempo? Esse pertencia a Deus, fora por ele criado. Por essa razão, considerava-se tarefa da Igreja administrar o tempo – o tempo privado e tempo público, o tempo individual e o tempo coletivo, o tempo civil e o tempo militar. Poder-se-ia dizer também o tempo sagrado e o tempo profano, se houvesse, por aquela época, a possibilidade de se pensar a existência de um tempo apenas secular.

Na Idade Média europeia, não obstante a falta de sistematização e padronização na divisão do tempo, ele, considerado em si mesmo, era entendido como propriedade divina, de modo que não caberia ao comum dos homens a veleidade de interferir, a não ser para se conformarem aos preceitos e ritos da Igreja Católica. O tempo trazia inscrita, como inerente a si, a marca da sacralidade. Por isso, sua cadência era marcada pelo repicar dos sinos e pelo cantochão gregoriano.

Lucien Febvre, descrevendo o ambiente medieval que sobreviveu na Europa até os séculos XVI e XVII, mostra como tudo dependia:

ainda da Igreja. Até a contagem do tempo. Não são ainda os relógios de bolso, muito raros, nem muito menos os relógios públicos que dividem o tempo em partes regulares, e sim o repique dos sinos da Igreja anunciando desde a manhã até à noite, em horas certas, a sucessão das preces e dos ofícios. E à noite, quando os sinos emudecem, um canto melancólico se eleva das ruas silenciosas e vem ritmar o descanso dos homens – mas é um pregão religioso, um chamado de fé cristã – Acordem, acordem, cristãos a dormir, e rezem pelos finados, para que Deus os perdoe. (FEBVRE, 1978, p. 45)

Hilário Franco Jr, em outra passagem, segue os mesmo passos de Lucien Febvre:

A Igreja, ao determinar rigorosamente o uso do tempo, interferia no mais profundo e cotidiano da ação dos homens. Tempo histórico: intervalo entre a Criação e o Juízo Final, tendo como linha divisória a encarnação de Cristo, a partir da qual se passa a contar os anos. Tempo natural: os ciclos das estações e os fenômenos meteorológicos. Tempo social: festas litúrgicas, determinando certos momentos para certas formas de pensar e agir, de trabalhar e de repousar, de se alimentar ou jejuar. Tempo político: a Paz de Deus, fixando onde e quando se podia combater. (FRANCO JR., 1986, p. 57)

Por isso, uma das mais contundentes acusações da Igreja ultramontana contra o mundo moderno era de que nele... “o tempo de Deus e da natureza fora suplantado pelo relógio de bolso” (MANOEL, 1996, p. 41). Em outras palavras, a ruptura do mundo moderno fora tão profunda, tão radical, que o seu tempo não era mais o tempo sagrado da natureza, e sim uma artificialidade arbitrada pela necessidade burguesa de mercadejar com aquilo que não lhe pertencia.

Nada a estranhar, portanto, que as exigências morais estabelecidas pela Igreja Católica, cultivando uma herança medieval, continuassem, no século XIX e mesmo no século XX, na sua abordagem das relações capitalistas, a manter o mercado burguês sob suspeita, em particular o mercado financeiro.

Na Idade Média, o banqueiro era considerado um pecador em potencial, senão de fato, por... “vender tempo, que pertence a Deus, para vantagens de homens iníquos” (TAWNEY, 1971, p. 57), e o próprio comerciante era passível de incorrer no pecado da usura... “não apenas por cobrar juros, mas se admitir o fator tempo em um ajuste, pedindo preço mais elevado quando vende a crédito” (TAWNEY, 1971, p. 57).

No século XIX, a reação ultramontana reforçava essa atitude católica e nos escritos oficiais da Igreja encontram-se as mesmas condenações sobre a especulação financeira. Em 1891, na encíclica *Rerum Novarum*, Leão XIII entendia que os problemas mais agudos da sociedade capitalista eram agravados pela “usura voraz [praticada por homens] ávidos de ganância [e pelo] monopólio dos papéis de crédito” (LEÃO XIII, 1950, § 2). Atravessando os limites do século XIX e da política ultramontana, a Igreja pós-conciliar, já na década de 1960, não se afastou substancialmente desse eixo doutrinário. O Papa João XXIII, ao negar, ou recusar-se a aceitar a existência da mais-valia negava, em última análise, que o moderno conceito de tempo é o elemento fundamental para a geração e expropriação do excedente no

processo de produção capitalista (MESQUITA, 1965).¹

A severidade católica quanto ao conceito e uso do tempo radica em um terreno concomitantemente metafísico e prático. O tempo é sempre um lapso, um intervalo entre dois acontecimentos, sendo que na doutrina católica os dois acontecimentos fundamentais para a história da humanidade são de ordem sobrenatural: a gênese e a parusia. A condição metafísica das duas balizas delimitadoras do tempo lhes confere uma qualidade transcendental, tanto de origem, quanto de finalidade. No intervalo entre gênese e parusia, a humanidade deve caminhar buscando evoluir para o estado de graça, visando ao fim da história no Juízo Final.

Considerada, portanto, em sua completude, a história humana, segundo a concepção católica, seria o processo que se iniciando com a Criação, passaria pela Queda do Homem, continuaria ao longo do tempo pela regeneração humana e chegaria à sua conclusão no Juízo Final.

A esse respeito, Whitrow, seguindo os passos de E. Frank, nos diz que o tempo “para os cristãos, começara com a Criação e terminaria com a Segunda Vinda de Cristo. A história do mundo era limitada por esses dois eventos” (WHITROW, 1993).

Essa concepção de tempo e de história se encontra na doutrina que, seguindo a lógica de Rahner e Vorgrimler, resumidamente nos indica o seguinte: Deus criou o homem para que permanecesse em eterno contato com sua auto comunicação (RAHNER; VORGRIMLER, 1966, p. 225), isto é, Deus criou o Homem para que ele, criatura, se conservasse permanentemente junto a si, Criador. Entretanto, Adão e Eva, ao pretenderem adquirir um saber e uma consciência não prevista no plano divino, e mesmo proibida por ele, cometeram o Pecado Original, tendo como resultado a expulsão do Paraíso, ou seja, provocaram a Queda. Inicia-se aí a história humana.

A análise detida dessa doutrina indica que os seus termos apontam para a ausência da história. No lapso de tempo que teria existido entre a Criação e a Queda, o homem teria vivido em uma situação de imobilidade, na exata medida em que essa situação deveria ser eterna, perpetuar-se idêntica a si mesma para todo sempre; isto é, no limite extremo essa era uma situação sem tempo e sem movimento, ausências que se manifestam claramente na ausência da morte.

Estando livre da morte, o homem estava, na verdade, acima da finitude própria da vida material; isto é, o ser humano estava fora da história, ou melhor, a história não

¹ Cf. em particular os parágrafos 76, 81 e 171 da encíclica *Mater & Magistra* e seus respectivos comentários.

existia. A esse período hipotético, a doutrina denomina “estado supralapsário”, que se define como o estado

de justicia original. Es decir, la situación salvífica paradisiaca anterior al pecado original, del hombre ‘agraciado’ sobrenaturalmente por la auto comunicación de Dios; caracterizado por la inmunidad respecto a la concupiscencia y substraído de la necesidad de morir (RAHNER; VORGRIMLER, 1966, p. 225).

Ora, o próprio termo usado por Rahner e Vorgrimler indica a inexistência do tempo: o estado supralapsário é um estado de vida que estaria acima dos lapsos do tempo, porque ainda era uma vida vivida no Paraíso terrestre, ainda vivida fora dos movimentos próprios da materialidade, da finitude, portanto, da própria história. Nessa situação, o homem estava imune também quanto as enfermidade, sofrimentos e paixões (RAHNER; VORGRIMLER, 1966, p. 225).

Portanto, a conclusão de que o homem estava destinado à eternidade, estando isento de todas as manifestações próprias de sua humanidade, leva também e logicamente à conclusão de que esse homem era a - histórico.

Com o Pecado Original, o homem perdeu todas as prerrogativas da a - historicidade: tornou-se mortal. A mortalidade introduziu o ser humano na temporalidade e no movimento, isto é, na história. Primeiro, porque se viu diante da necessidade de trabalhar para garantir a reprodução da vida. Esse talvez seja o significado mais profundo do mito do Pecado Original, abordado de uma perspectiva histórica. Expulso do Paraíso, o homem viu-se diante da necessidade de trabalhar, e o trabalho é o elemento fundamental da história humana.² Mais ainda, quando se recorda que o tema do pecado original foi elaborado por um povo habitante de uma região semidesértica, compreende-se porque ele considerava o trabalho um castigo divino³, em especial quando esse trabalho era acompanhado da maldição de só produzir abrolhos (GÊNESIS, 3, 18-19).

Mas, além da necessidade de trabalhar, o homem se viu presa também da

² Não vamos entrar aqui na discussão surrealista do tipo “se o homem não trabalhasse”, etc. etc. O fato histórico concreto é que o homem trabalha, e a dialética entre o trabalho em si e suas formas concretas de realização constitui o material por excelência do historiador, porque é dessas formas que derivam todas as demais relações que os homens estabelecem entre si e a própria natureza.

³ Esse mito é próprio de um povo habitante de uma região semidesértica, e foi transformado pelo catolicismo em explicação universal. É muito difícil imaginar um povo habitante de uma exuberante floresta tropical criando um mito semelhante ao judaico-cristão. Com esse mito, os judeus tentaram explicar porque eles e os demais povos da região encontravam tanta dificuldade em produzir sua subsistência.

concupiscência e dos sofrimentos físicos e morais. Isso teria uma implicação profunda: além do sofrimento, a inserção na historicidade deixou-o vulnerável a apetites vorazes, sejam eles de bens e sexualidade, sejam de conhecimento racional, e essa vulnerabilidade iria trazer desdobramentos lastimáveis em todo transcurso da história.

O ponto central dessa doutrina é a causa atribuída ao movimento histórico. Segundo ela, a história teve início com um ato humano negativo, porque foi um ato de orgulho e desobediência. Por isso, a história é um processo negativo, considerado da perspectiva religiosa. Tanto assim, que o *Gênesis* estabelece que toda evolução que levou do pastoreio nômade à sedentarização e urbanização se deu pela linhagem amaldiçoada de Caim (GÊNESIS, 4, 17-24). A esse respeito, afirmam os comentaristas da *Bíblia de Jerusalém* que Caim, nessa passagem

é o construtor da primeira cidade, o pai dos pastores, dos músicos, dos ferreiros e das meretrizes, que provêem às comodidades e aos prazeres da vida urbana. Esses progressos são atribuídos pelo autor javista à linhagem de Caim, o amaldiçoado; a mesma condenação da vida urbana será encontrada na narrativa javista da Torre de Babel. (BIBLIA, 1992, p. 37, Nota Z).

Entretanto, toda maldição que provocou a história e nela sobrevive, não radica no ato em si da desobediência, porque Adão poderia ter desobedecido a qualquer outra restrição, mas radica no móvel do seu ato – a busca do conhecimento.

Esse tema central e fundador de toda doutrina católica frequenta as páginas dos filósofos e teóricos católicos e, embora a estrutura central seja a mesma, há pequenas diferenças na exposição do assunto. Por isso, foi selecionado um autor do século XIX para servir de suporte à nossa análise: René Chateaubriand.

Compendiando a doutrina católica em linguagem retórica e hiperbólica, o romantismo de Chateaubriand seguiu os passos do tradicionalismo e leu literalmente as palavras bíblicas – para ele o primeiro casal era uma realidade histórica e a sua culpa original, um ato concreto de desobediência.

No cap. II, do livro 3, ele descreve a “Queda do Homem” do seguinte modo:

Outra verdade estampada na Escritura, que nos maravilha: o homem agonizante por ter se empenhado com o fruto da vida; o homem perdido, por ter saboreado do fruto da ciência, por ter sabido conhecer em demasia o bem e o mal, por ter cansado de ser semelhante ao menino do evangelho. Suponha-se qualquer outra proibição de Deus, relativa a qualquer outra tendência da alma: como compreender-se a sabedoria e a profundidade dos decretos do Altíssimo? Seria isso um

capricho indigno da divindade, e nenhuma moralidade resultaria da inobediência de Adão. Toda história do mundo, pelo contrário, dimana da lei imposta ao nosso primeiro Pai. Ao seu alcance pôs Deus a ciência que não podia recusar-lha, dando ao homem inteligência e liberdade; prediz-lhe, porém, que se quiser saber demais, o conhecimento das coisas será morto para ele e sua descendência. (CHATEAUBRIAND, s.d., p.72)

Essa passagem merece ser examinada em seus termos fundamentais. O homem foi criado para permanecer inocente, isento de malícia, com aquele conhecimento que aprazera a Deus revelar-lhe. Ao querer saber demais, o homem entrou na história e todos os seus atributos – trabalho, sofrimento, avidez. Por isso, a frase central é a que diz: “Toda história do mundo, pelo contrário, dimana da lei imposta ao nosso primeiro pai.”

Os verbos e adjetivos empregados por Chateaubriand são muito fortes e elucidativos – o homem eterno agonizou pelo veneno da vida temporal, perdeu-se pelo saber adquirido e entrou na história, ou melhor, deu início à história, e toda a história do mundo traz essa marca, a marca do pecado. Mas, não se trata de um pecado comum; trata-se de um pecado primordial para a história do homem, aquele pelo qual o homem, ao contrariar a Deus, quis a ele se igualar e, por meio do qual, rompeu a aliança e se opôs ao projeto divino, saiu da eternidade e entrou na história.

REFERÊNCIAS

CHATEAUBRIAND, René. *O gênio do cristianismo*. São Paulo: W. M. Jackson Editores, s.d.

BIBLIA. Português. *A Bíblia de Jerusalém*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1992.

FEBVRE, Lucien. O domínio da religião sobre a vida. In, MOTA, Carlos G. (org). *L. Febvre: história*. São Paulo: Ática, 1978.

FRANCO JR. Hilário. *O feudalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

KOPNIN, Pavel. *A dialética como lógica e teoria do conhecimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

LEÃO XIII (Papa). *Rerum Novarum* (1891). Petrópolis: Vozes, 1950.

MANOEL, Ivan A. *Igreja e educação feminina: uma face do conservadorismo (1859-1959)*. São Paulo: Ed. UNESP, 1996.

MESQUITA, Luís J. *As encíclicas sociais de João XXIII*. Rio de Janeiro: José Olympio Ed. 1965, 2 v.

RAHNER, K.; VORGRIMLER, H. *Diccionario teologico*. Barcelona: Ed. Herder, 1966.

TAWNEY, R. M. *Religião e surgimento do capitalismo*. São Paulo: Perspectivas, 1971.

WHITROW, G. J. *O tempo na história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

RECEBIDO EM 20/07/2011

APROVADO EM 05/05/2012